

DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

3 a 7 de junho de 2024

Nesta Edição

- △ [Atividades da Assespro Nacional](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Ambiental](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Governo Digital](#)
- △ [Nomeações](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Agendas de Destaque](#)

Atividades da Assespro Nacional

Nesta semana, a **Federação Assespro** se reuniu com o secretário da Controladoria-geral do Estado de São Paulo, **Wagner Rosário**. Na oportunidade, foram abordadas as sinergias da entidade com o projeto do Estado de ocupação de revitalização do centro de São Paulo a partir da sua maior ocupação, sugerindo a promoção de incentivos para que as empresas de TI se instalem no local. A entidade também sugeriu a realização de um *hackathon* da Assespro visando o desenvolvimento de *softwares* de controle.

Segurança Cibernética

- **Ministério da Defesa cria Esquadrão de Guerra Cibernética.** A Marinha do Brasil avança na era da tecnologia com a criação do Esquadrão de Guerra Cibernética (EsqdGCiber) por meio da Portaria MD nº 107/2024, sediado na base de submarinos da Ilha da Madeira e subordinado ao Comando Naval de Operações Especiais (CoNavOpEsp). Durante a fase de implantação, será criado o **Núcleo de Implantação do Esquadrão de Guerra Cibernética** (NI-EsqdGCiber), com a responsabilidade de assumir gradativamente a estrutura física, organizacional e orçamentária do Esquadrão.

- **Ministério Público estende competência do GACCTI.** O Ministério Público Federal (MPF) alterou, nesta semana, a [Resolução CSMPF nº 229/2024](#), que criou o Grupo de Atuação Especial no Combate aos Crimes Cibernéticos e aos Crimes praticados mediante o Uso de Tecnologias de Informação. As mudanças dizem respeito ao funcionamento do GACCTI e aos procuradores naturais nas investigações criminais e cíveis e nas ações delas decorrentes. Além disso, ficou estabelecido que o GACCTI também terá competência para atuar, em auxílio ao procurador natural, nas investigações que necessitem de obtenção de prova eletrônica, tanto no Brasil quanto no exterior, desde que coordenada com a Secretaria de Cooperação Internacional da PGR.
- **Governo institui Política Nacional de Fronteiras para intensificar ações de segurança e desenvolvimento nas regiões de fronteira do Brasil.** O governo federal instituiu, por meio do [Decreto nº 12.038/2024](#), a Política Nacional de Fronteiras, que visa promover a integração regional, proteção social e direitos humanos, contando com um **Comitê Nacional** para coordenar e monitorar as ações. O Comitê terá representantes de diversos órgãos e entidades, e poderá criar grupos de trabalho temáticos (GTTs) para tratar de questões específicas relacionadas às áreas fronteiriças. Além disso, a Política Nacional de Fronteiras prevê a implementação de planos de ação, programas de proteção integrada e parcerias com o setor privado e a sociedade civil. A iniciativa também tem como foco a cooperação interinstitucional, com ênfase em áreas como justiça, segurança, controle migratório, **pesquisa, ciência, tecnologia e inovação**, infraestrutura, turismo, meio ambiente e direitos humanos, entre outras.
- **Apresentado substitutivo à matéria de segurança de aplicativos bancários para dispositivos móveis.** O deputado **Vinicius Carvalho** (REPUBLIC/SP) apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo, ao PLP 2622/2022 (*segurança de aplicativos bancários para dispositivos móveis*) no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC). O texto aperfeiçoa a proposta ao implementar medidas de segurança em dispositivos, aplicativos e canais digitais, assim como recomenda a adoção de tecnologias e que ampliam a segurança das operações, como reconhecimento biométrico digitalizado e geolocalização; assim como visa assegurar ao consumidor o direito de desabilitar funções em dispositivos que utilizar, quando ofertados por instituições bancárias. Caso aprovado, o projeto seguirá para deliberação pelo plenário da Câmara.

Inteligência Artificial

- **Confira o cronograma previsto para votação do PL que regula IA no Brasil.** O senador **Eduardo Gomes** (PL-TO), informou que apresentará na quarta-feira (12) uma nova versão do relatório do PL 2338/2023 (*marco legal do uso de Inteligência Artificial no Brasil*). Além disso, Gomes planeja abrir um debate no plenário no dia 11 de junho para ouvir as perspectivas de outros senadores sobre o tema, sem a intenção de votação. Ainda no dia 12 de junho, a Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA), da qual Gomes é relator, está convocada para analisar e aprovar a versão final do relatório. Por fim, no dia 18 de junho, o senador pretende colocar o texto para aprovação em plenário. Com informações de: [Teletime](#)

- **BNDES prepara linha de crédito específica para inteligência artificial.** O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está ampliando o seu investimento em inovação e tecnologia, com a criação de uma linha específica de crédito para empreendimentos relacionados à inteligência artificial. A iniciativa foi destacada pelo superintendente **João Paulo Pieroni** durante o 4º Congresso Brasileiro de Internet, como parte da missão da nova política industrial brasileira de promover a transformação digital. Com informações de: [Abranet](#)

- **ABNT publica norma específica para inteligência artificial.** A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) está acompanhando os avanços da inteligência artificial e publicou recentemente a norma ABNT ISO/IEC TR 24027:2024, que trata do viés em sistemas de IA e tomada de decisão auxiliada por IA. A norma, adotada pelo Comitê de Tecnologias da Informação e Transformação Digital (ABNT/CB-021), aborda todas as fases do ciclo de vida do sistema de IA, incluindo coleta de dados, treinamento, aprendizado contínuo, projeto, teste, avaliação e uso. O documento segue as normas da Comissão Eletrotécnica Internacional e da Organização Internacional de Normalização (ISO/IEC) e sinaliza o empenho da ABNT em adotar e publicar normas técnicas na área de inteligência artificial. Com informações de: [TI Inside](#)

- **TCU pede cautela na regulação da IA em prol da inovação e das startups.** O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), **Bruno Dantas**, ressaltou a importância de o Brasil se posicionar como agente no desenvolvimento da inteligência artificial durante a abertura do 4º Congresso Brasileiro de Internet, promovido pela Abranet. Ele alertou para a necessidade de equilibrar o controle sobre algoritmos e bases de dados, de forma a não desestimular o avanço tecnológico, e destacou a difícil missão do Parlamento brasileiro nesse sentido. Dantas também mencionou a experiência do TCU na criação e contratação de ferramentas de IA, como o sistema Alice, que verifica licitações e contratos em busca de irregularidades, e os avanços mais recentes com IA generativa. Com informações de: [Abranet](#)

- **Conselho de Comunicação mostra preocupação com IA do Google.** O Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional emitiu uma nota de preocupação com as recentes alterações anunciadas pelas grandes empresas de tecnologia em seus designs e modelos de negócios, que envolvem a adoção de sistemas de inteligência artificial (IA) generativa. Segundo o CCS, o anúncio do Google sobre a mudança na forma como apresenta resultados de suas pesquisas online acendeu um sinal de alerta. O conglomerado, que detém mais de **90%** das pesquisas online globais, informou que os resultados serão apresentados sob a forma de resumos gerados por algoritmos de IA, afetando a maneira como a informação é oferecida na web e a interface do serviço de busca. A medida, que busca oferecer respostas gerais para as demandas dos usuários, representa uma significativa mudança na estrutura baseada na indexação de links que direcionam ao conteúdo que está sendo buscado. O CCS teme os potenciais riscos advindos dessas alterações no uso da IA generativa, que poderiam impactar na disseminação de informações e na forma como os usuários acessam e recebem os resultados das buscas online. Com informações de: [Teletime](#)

Educação

- **Comissão aprova parecer pela rejeição de projeto que autoriza criação de Universidade Digital pública.** A Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) aprovou o [parecer](#) contrário ao [PL 3342/2021](#) (*autoriza a criação da Universidade Federal Digital do Brasil*), do deputado **Prof. Reginaldo Veras** (PV/DF). A matéria vai à Comissão de Educação (CE). Após análise da CE, o projeto ainda passa pelo crivo das Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovada, será remetida ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.

- **Divulgação de dados de avaliações e censos escolares volta à Câmara.** O Plenário do Senado [aprovou](#), na quarta-feira (5), o [PL 454/2022](#) (*divulgação de dados de avaliações e censos escolares*), nos termos do [parecer](#) favorável, com substitutivo, do senador **Esperidião Amin** (PP/SC), aprovado pela Comissão de Educação e Cultura (CE). A matéria retorna à Câmara dos Deputados.
 - » O relator ajustou o texto para que os dados sensíveis estejam vinculados ao regulamento da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD ([Lei nº 13.709/2018](#)) e acrescentou dispositivo para assegurar “o cuidado de que tais dados sejam previamente anonimizados, como forma de evitar potenciais prejuízos aos respectivos titulares”. Os dados e microdados coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório deverão ser tratados e divulgados de forma anonimizada, isto é, com a ocultação de nomes e outras informações que permitam a identificação dos estudantes vinculados a eles. Com informações de: [Agência Senado](#)

Mídias Sociais

- **Arthur Lira cria grupo para discutir regras para redes sociais.** O presidente da Câmara dos Deputados, **Arthur Lira** (PP-AL), divulgou na quarta-feira (5) a [composição do grupo de trabalho \(GT\) encarregado de elaborar um projeto de lei para regulamentar as redes sociais no Brasil](#). A criação do grupo vem em resposta ao ataque feito pelo dono da plataforma X, antigo Twitter, **Elon Musk**, à Justiça brasileira. O grupo será composto por 20 parlamentares e terá um [prazo de 90 dias](#) para concluir seu trabalho, podendo ser prorrogado por mais 90 dias. De acordo com o despacho do presidente, o colegiado poderá realizar audiências públicas e reuniões com órgãos da sociedade civil, juristas e autoridades para qualificar os trabalhos.
 - » No entanto, segundo levantamento, a [maioria dos deputados federais do grupo de trabalho \(GT\) formado para estabelecer regulamentos para as redes sociais no Brasil votou contra a criminalização das fake news](#). No dia 28 de maio, 14 parlamentares se posicionaram a favor de manter o veto do ex-presidente **Jair Bolsonaro** a um texto que previa até 5 anos de prisão para quem promovesse ou financiasse a disseminação de informações falsas capazes de comprometer as eleições. Dos 20 membros do GT, [apenas 4 votaram a favor de derrubar o veto e 2 faltaram à sessão](#). O cientista político da Universidade de Brasília (UnB) **Luis Felipe Miguel** destacou que a composição do grupo foi desfavorável aos que defendem medidas mais rígidas contra a desinformação e pedem maior responsabilização das grandes empresas de tecnologia. Com informações de: [Agência Brasil](#) e [Agência Brasil](#)

- **Apresentado substitutivo à matéria sobre Combate aos Crimes na Internet.** A deputada **Chris Tonietto** (PL/RJ) apresentou [parecer](#) pela aprovação, com [substitutivo](#) ao [PL 1352/2022](#) (*institui a Semana Nacional de Combate aos Crimes na Internet nas escolas públicas*), no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), sendo aberto, ainda, prazo para oferecimento de emendas ao substitutivo – *o qual deve se estender até o 13 de junho*. Findo o prazo, a matéria estará pronta para inclusão na pauta deliberativa do colegiado. Em seu relatório, a deputada destacou que apenas coube esclarecer o termo “cyberbullying” apresentado como “intimidação sistemática virtual”, a fim de manter alinhamento com a redação introduzida pela [Lei nº 14.811/2024](#) (*criminalização de bullying e cyberbullying*). Também fez uma alteração redacional, sem alteração do mérito no dispositivo que pretende “incluir pais ou responsáveis em atividades relacionadas com a prevenção de crimes cibernéticos”. Caso aprovado, o projeto seguirá deliberação pelo Senado Federal – *salvo apresentação de recurso apreciação no Plenário da Câmara*.

- **Apresentado substitutivo ao projeto sobre segurança cibernética de aparelhos eletrônicos com acesso à internet.** O deputado **Dr. Zacharias Calil** (UNIÃO/GO) apresentou [parecer](#) pela aprovação, com [substitutivo](#), ao [PL 1971/2023](#) (*segurança cibernética de aparelhos eletrônicos com acesso à internet*), no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI). Ainda, foi aberto o prazo para apresentação de emendas ao substitutivo – *o qual deverá estender-se até 12 de junho*. Não sendo apresentadas emendas, a matéria estará pronta para inclusão na pauta deliberativa do colegiado. Após apreciação da CCTI, o projeto seguirá para análise das Comissões de Defesa do Consumidor (CDC); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovado, vai ao Senado Federal – *salvo a interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara*.
 - » Em seu substitutivo, o deputado promove adequação textual no art. 29 (*comercialização de eletrônicos com acesso à internet*) para assegurar a utilização de medidas técnicas aptas a proteger dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão. Ainda, inclui novo dispositivo no artigo para estabelecer que as medidas técnicas a serem consideradas devem incluir fatores objetivos, como o custo e tempo necessário para evitar ações ilícitas, de acordo com as tecnologias disponíveis.

Governo Digital

- **Governo lança Projeto de Transformação Digital para modernizar Cadastro Ambiental Rural.** O governo anunciou, por meio da [Portaria Conjunta SGD-SETE/MGI nº 27/2024](#), a execução do Projeto de Transformação Digital SICAR 2.0 – Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural, em parceria com a Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado (SETE). A iniciativa, que integra o Programa Startup Gov.br, tem como objetivo modernizar o sistema de cadastro, monitoramento e impactos ambientais em propriedades rurais, por meio da disponibilização de recursos tecnológicos e monitoramento de resultados. A Portaria também estabelece a aferição dos resultados e definição de responsabilidades, com as despesas sendo custeadas pelas dotações orçamentárias específicas das secretarias envolvidas.

PD&I

- **MCTI prorroga prazo de envio de informações das empresas beneficiárias da Lei do Bem.** O prazo para o envio das informações das empresas beneficiárias dos incentivos fiscais para pesquisa e desenvolvimento tecnológico foi **prorrogado** para 30 de setembro de 2024. A medida é excepcional e vale apenas para as informações do ano-base de 2023. A prorrogação foi anunciada pela [Portaria SETEC/MCTI nº 8.234/2024](#), publicada nesta semana.
- **MCTI prorroga prazo para contestar resultado do FORMP&D.** O prazo para apresentação de contestação ao resultado da análise das informações relativas às atividades de pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica foi **prorrogado** para empresas sediadas no Rio Grande do Sul. Pela [Portaria MCTI nº 8.215/2024](#), publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), fica estendido até 31 de agosto o **prazo** para preenchimento do Formulário Eletrônico (FORMP&D).
- **INMETRO institui Centro de Equipamentos de Alta Tecnologia.** O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) instituiu, por meio de [portaria](#) publicada nesta semana, o Centro de Equipamentos de Alta Tecnologia do Inmetro para uso Multiusuário (CEATIM) pela Diretoria de Metrologia Científica, Industrial e Tecnologia (Dimci). O objetivo é gerenciar uma série de equipamentos multiusuários e proporcionar um atendimento eficaz para a comunidade interna e externa, com o intuito de assegurar o uso correto e compartilhado dos equipamentos de alta tecnologia.
- **Após implantação do ITA no Ceará, Defesa assina acordo para criar Centro de Inovação e Pesquisa Tecnológica no estado.** O ministro **José Mucio Monteiro** (Defesa) firmou um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para estabelecer um Centro de Inovação e Pesquisa Tecnológica na Base Aérea de Fortaleza, no Ceará. Essa iniciativa promete impulsionar o desenvolvimento da indústria local, que atualmente representa **1,7%** do PIB industrial nacional, com um valor de aproximadamente **R\$ 34 bilhões**. O acordo foi assinado na terça-feira (4), com a participação do Ministério da Defesa (MD), o Comando da Aeronáutica (COMAER), o estado do Ceará, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai/DR-CE). Com informações de: [ASCOM MD](#)

Economia & Tributário

- **Fazenda anuncia MP para compensar desoneração da folha mantida pelo Congresso.** Foi publicada, nesta terça-feira (4), a [MPV 1227/2024](#) (*alterações na legislação tributária federal*) para lidar com o impacto financeiro causado pela prorrogação da desoneração da folha de empresas e municípios até 2027. A continuidade desse regime de desoneração resultará em um custo de **R\$ 26,3 bilhões** no ano de 2024, dos quais **R\$ 15,8 bilhões** serão destinados às empresas e **R\$ 10,5 bilhões** aos municípios. As medidas compensatórias, divulgadas pelo Ministério da Fazenda (MF), têm como objetivo combater o desequilíbrio nas contas públicas e

reduzir as distorções que afetam estados e municípios, promovendo assim a justiça tributária. A prorrogação da política de desoneração da folha, que deveria ter acabado em 2023 e foi estendida por mais 4 anos pelo Congresso Nacional, levou o governo a adotar novas medidas para equilibrar os gastos e garantir a sustentabilidade financeira. Com informações de: [Agência Brasil](#)

- **Haddad receberá grupo de trabalho da reforma tributária, e Lira marca reuniões semanais.** O ministro **Fernando Haddad** (Fazenda) se reunirá com o grupo de trabalho (GT) da Câmara dos Deputados para discutir a regulamentação da reforma tributária. Após retornar de uma viagem internacional, Haddad pretende abrir negociações com o Executivo a fim de entregar um parecer em 4 semanas. A mudança ocorre depois que parte do grupo rejeitou a liderança do ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais), nas conversas com o governo. Padilha, considerado desafeto do presidente da Câmara, **Arthur Lira** (PP/AL), tentou organizar um encontro com os deputados, mas a reunião foi desmarcada devido a um conflito de horários com uma convocação de Lira. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Governo envia ao Congresso Nacional o segundo projeto de regulamentação do novo sistema de tributação do consumo.** O Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional o segundo Projeto de Lei Complementar (PLP) para regulamentar a Reforma Tributária do consumo, enfocando o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), contencioso administrativo, distribuição de receitas e ressarcimento de saldos credores do ICMS. O novo projeto complementa a regulamentação da reforma promovida pela [Emenda Constitucional nº 132/2023](#), que instituiu o IBS e a CBS. A reforma também aborda o Imposto Seletivo (IS), destinado a desestimular o consumo de produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Com informações de: [ASCOM MF](#)
- **Bernard Appy detalha funcionamento do comitê gestor do IBS a deputados.** A Câmara dos Deputados debateu na terça-feira (4) os pontos fundamentais do projeto de regulamentação do comitê gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da distribuição do tributo entre estados, Distrito Federal e municípios, que substituirá o ICMS e o ISS. Durante a audiência pública, o secretário Extraordinário para a Reforma Tributária, do Ministério da Fazenda (MF), **Bernard Appy** destacou a atribuição exclusiva do comitê para arrecadar, compensar débitos e créditos, e distribuir as receitas, bem como interpretar a legislação tributária de forma uniforme em todo o país e decidir sobre disputas. Com informações de: [Agência Câmara](#)
- **Designado relator para projeto sobre execução do FNDCT.** O senador Izalci Lucas (PL/DF) foi designado relator do [PL 5078/2019](#) (*garantia da execução orçamentária e financeira das programações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT*) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria aguarda apresentação de parecer para ser deliberada na comissão. Após análise da CAE, a matéria segue para a Câmara dos Deputados – *salvo a interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário do Senado*.
- **CFT aprova projeto que facilita o retorno ao Simples das micro e pequenas empresas que se regularizem.** A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) aprovou o parecer favorável ao PLP 37/2023 (*regulamenta retirada de empresa do Simples Nacional*), da deputada **Laura**

Carneiro (PSD/RJ). O projeto vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Após análise da CCJC, a matéria segue ao Plenário.

- **Apresentado parecer de projeto que institui Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.** O deputado **Ricardo Ayres** (REPUBLIC/TO) apresentou [parecer favorável ao PLP 122/2022](#) (*institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para possibilitar a constituição de preposto pelas microempresas e empresas de pequeno porte para participação em audiências nos juizados especiais cíveis*) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovada, a proposição seguirá para análise do Plenário.
- **CTIADMTR aprova projeto que trata da incidência de IRRF sobre valores remetidos ao exterior.** A Comissão Temporária para exame de projetos de reforma dos Processos Administrativo e Tributário Nacional (CTIADMTR) aprovou, nesta semana, o [parecer favorável ao PL 2490/2022](#) (*alterações na cobrança de IR em remessas de juros ao exterior*), do senador **Efraim Filho** (UNIÃO/PB). A matéria vai à Câmara dos Deputados – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário do Senado Federal*.
- **Aprovada a realização de seminário para debater a reforma tributária “saúdável, solidária e sustentável”.** A Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) aprovou, nesta semana, [requerimento](#) do deputado **Nilto Tatto** (PT/SP) para a realização de **seminário** conjunto nas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS); de Legislativo Participativa (CLP); e de Saúde (CSAÚDE), para debater o tema “*Em defesa da Reforma Tributária 3S: Saudável, Solidária e Sustentável*”. Entre os convidados estão os ministros **Wellington Dias** (Desenvolvimento Social e Combate à Fome), **Marina Silva** (Meio Ambiente e Mudança Climática) e **Nísia Trindade** (Saúde).

Ambiental

- **Governo federal cria Estratégia Nacional de Bioeconomia.** O governo instituiu, por meio do [Decreto nº 12.044/2024](#), a [Estratégia Nacional de Bioeconomia](#) com o objetivo de liderar e implementar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da bioeconomia, em parceria com a sociedade civil e o setor privado. O plano visa promover a união de recursos biológicos e novas tecnologias para a criação de produtos e serviços mais sustentáveis. Além disso, a Estratégia tem como meta incentivar negócios que promovam o uso sustentável da biodiversidade, a redução de carbono nos processos produtivos e o estímulo à agricultura regenerativa. Essa iniciativa visa alinhar o país à Nova Indústria Brasil (NIB) e incentivar processos de processamento de biomassa sem a conversão da vegetação nativa original.

Trabalhista

- **CAS aprova projeto que garante prorrogação da licença maternidade e amplia prazo de salário-maternidade.** A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou o [parecer favorável, com](#)

substitutivo, ao [PL 386/2023](#) (*licença maior para mães de prematuros*) da deputada **Jussara Lima** (PSD/PI). A matéria agora será submetida a turno suplementar. Caso aprovado, o projeto será remetido à Câmara dos Deputados.

Administração Pública

- **CCS empossa novos membros do setor empresarial e da sociedade civil.** O Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional tem novos membros. Em cerimônia realizada na última segunda-feira (3), os novos integrantes foram empossados, completando o colegiado que realiza estudos e emite recomendações sobre a comunicação social no Brasil. Composto por 13 conselheiros titulares e 13 suplentes, o CCS representa diversos setores da sociedade civil, empresas de rádio, televisão, imprensa escrita, além de profissionais das áreas de comunicação social, como jornalistas, radialistas, artistas e profissionais de cinema e vídeo. O conselho é responsável por analisar e opinar sobre questões relacionadas ao tema. Com informações de: [Teletime](#)

Consultas & Compras Públicas

- **Governo federal promove alterações nos requisitos para contratação, desenvolvimento e absorção de softwares.** O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) [revogou](#) a [Portaria nº 316/2024](#), que regulamentava os requisitos para a contratação, desenvolvimento e absorção de softwares de tecnologia da informação e comunicação (TIC) pelos órgãos da estrutura do ministério. Antes, era necessário a aprovação prévia do secretário-executivo e uma manifestação técnica da subsecretaria para qualquer solicitação nesse sentido. Além disso, a Portaria estabelecia que as atividades relacionadas a *softwares* feitas sem autorização prévia seriam descontinuadas. Com a revogação, o processo de contratação e desenvolvimento de *softwares* nos órgãos do ministério ficará sem as restrições e controles estabelecidos pela norma anterior.

Nomeações

- **Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação Comercio e Serviços do MDIC dispensa coordenador-geral de Economia Digital.** No âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SDIC/MDIC), foi [dispensado](#) do cargo de coordenador geral de Economia Digital do Departamento de Transformação Digital, Inovação e Novos Negócios **Hélio Maurício Miranda da Fonseca**.
- **MEC promove alterações em seu quadro de funcionários.** Nesta semana, o Ministério da Educação (MEC) publicou as seguintes alterações em seu quadro de funcionários:
 - » **Maria Izolda Cela de Arruda Coelho** foi [exonerada](#) do cargo de secretária-executiva;

- » No âmbito Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), forma nomeados, **Evânio Antônio de Araújo Junior** e **Claudio Alex Jorge da Rocha** como secretário de Gestão da Informação, Inovação e Avaliação de Políticas Educacionais e diretor de Articulação e Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica, respectivamente; e
 - » Ainda, foi exonerada do cargo de coordenadora-geral de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica, **Marcilene Garcia de Souza**;
- **MTE exonera presidente da Fundação Jorge Duprat Figueiredo.** Nesta semana, foi exonerado do cargo de presidente da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, **Pedro Tourinho de Siqueira**.

Agendas de Destaque

- O ministro **Juscelino Filho** (Comunicações), juntamente da presidente do Banco do Brasil, **Tarciana Medeiros**, firmaram um acordo para expansão do programa Computadores para a Inclusão, com o objetivo de umentar a capacitação de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade econômica em todo o país. O Banco do Brasil irá doar equipamentos que serão utilizados para recondicionamento e distribuição para pontos de inclusão digital. Durante a cerimônia, o ministro ressaltou a importância da parceria com o Banco do Brasil para a conectividade dos brasileiros, afirmando que a ampliação do programa é uma ação que vai ao encontro do que o presidente **Lula** determinou desde o início do Governo, trazendo acesso ao mundo digital para milhares de brasileiros. Com informações de: [ASCOM MCom](#)
- A secretária de Direitos Digitais do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), **Lílian Cintra de Melo**, esteve presente no 4º Congresso Brasileiro de Internet, onde participou do painel “Regulação de Novas Tecnologias”. Durante o evento, o principal tema discutido foi o Artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que estabelece a responsabilidade civil dos provedores de aplicações de internet em relação ao conteúdo gerado por terceiros. De acordo com a secretária, o Marco Civil da Internet está inserido em um contexto legal que envolve diversas normas, como a Constituição Federal e o Código de Defesa do Consumidor, e não pode ser interpretado de forma isolada. A discussão destacou a importância de se compreender o funcionamento de tais tecnologias dentro do enquadramento jurídico existente. Com informações de: [Agência Brasil](#)
- A Advocacia-Geral da União (AGU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) lançaram um guia de interpretação e aplicação do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCTI) para servidores, órgãos e entidades do Poder Executivo federal. O objetivo da publicação é esclarecer possíveis conflitos de interesses e oferecer segurança jurídica para projetos, parcerias e pesquisas no campo da inovação, segundo o advogado-geral da União, **Jorge Messias**. A cerimônia de lançamento aconteceu no auditório do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em Brasília, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI). O guia busca simplificar e tornar acessível o conhecimento sobre o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, para que os operadores do sistema possam usufruir plenamente de sua potencialidade. Com informações de: [ASCOM AGU](#)

- A ministra **Cida Gonçalves** (Mulheres) participou, nesta semana, de audiência pública na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) da Câmara dos Deputados, onde apresentou os programas e projetos da pasta, além de responder a perguntas dos deputados sobre temas como feminicídios, políticas de cuidados e mortalidade materna. A ministra também mencionou a elaboração do documento “Diretrizes de Proteção às Mulheres e Meninas em Situações de Emergências Climáticas” e a retomada do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam), após 4 anos sem publicação, que traz 270 indicadores divididos em 7 eixos temáticos. Com informações de: [ASCOM MM](#)